



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 29 de setembro de 2012

A CRITICA ARRECADÇÃO..... ECONOMIA	1
A CRITICA PROGRAMA..... ECONOMIA	2
AMAZONAS EM TEMPO Mercosul e União Europeia são temas para acordos..... ECONOMIA	3
DIÁRIO DO AMAZONAS Editorial..... OPINIÃO	4

ARRECADAÇÃO

Sefaz opta por ações de modernização

Medidas tributárias dão maior controle ao fisco. Investimento é de R\$ 45 milhões

RENATA MAGNENTI

renatamagnenti@acritica.com.br

Começa a vigorar na próxima segunda-feira a substituição tributária que inclui diversos produtos, entre eles carne e frango, prevista no Decreto nº 32.599, de 19 de julho de 2012. Com a nova medida, o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) passa a ser cobrado quando o produto entra no Estado.

Esta é apenas uma das ferramentas de modernização da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) para controlar a entrada, movimentação e saída de mercadorias. Nos últimos oito anos, cerca de R\$ 45 milhões foram gastos para reequipar a secretaria. Com esse valor é possível comprar 2 mil carros populares de R\$ 22,5 mil ou 128 casas na praia de R\$ 350 mil.

Na avaliação do secretário da Sefaz, Ísper Abraham, a substituição tributária facilitará a vida dos empresários que terão que pagar apenas uma vez o ICMS, como é feito no setor de combustível. Segundo ele, a mudança faz parte das ações de controle do fisco.

“Estamos trabalhando para deter toda a movimentação de mercadorias no Estado e a meta



Reprodução Internet

Objetivos de novas tecnologias é dar mais segurança ao caixa, segundo a Sefaz

Saiba mais

>> Banco de notas

Um projeto piloto de nota fiscal ao consumidor será testado em Manaus por 16 empresas, no período de novembro a dezembro. De acordo com a Sefaz, com o novo modelo o Governo terá um controle maior sob a arrecadação do comércio e o lojista não terá que gastar para ser credenciado ao fisco. O consumidor terá acesso às suas notas fiscais em um banco de dados virtual.

é fecharmos as brechas que acabam servindo de portas para sonegadores”, disse o secretário. Segundo ele, desde o início da modernização se registra uma melhora em relação à identificação de contribuintes inadimplentes, em torno de 70%. Hoje, constam na lista de devedores 30 mil empresas.

Entre as medidas de modernização adotadas está a implantação do sistema de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), depois a Escrituração Fiscal e Contábil Digital e o Conhecimento de Transporte Eletrônico que integram o Sistema Público de Es-

crituração Digital (Sped).

De acordo o secretário, com essas ferramentas, a Sefaz tem condições de monitorar todos os contribuintes, cruzando uma grande quantidade de informações, como notas e livros fiscais, registros de passagens das mercadorias e operações com cartões de crédito e débito. Tudo isso sem necessidade de deslocamento de auditor a cada empresa para solicitar tais documentos.

Ainda segundo Ísper, com essas novas tecnologias é possível controlar, praticamente, em tempo real quanto o Estado tem em caixa. “Cada imposto pago leva apenas 15 minutos para cair no sistema da Sefaz. Conseguimos identificar quem pagou cada imposto. Assim, o governador Omar Aziz tem acesso ao banco dado da Sefaz em qualquer lugar do mundo através da rede”, afirmou.

Consequentemente, a Sefaz tem arrecado mais. Porém, de acordo com Ísper, o objetivo é apenas de ter maior controle do fisco Estadual. Em 2002, no início da modernização a arrecadação tributária foi de R\$ 2,7 bilhões. Ano passado a arrecadação fechou em R\$ 6,4 bilhões e a estimava para este ano é algo em torno de R\$ 7,3 bilhões.

PROGRAMA

Pronaval para ativar capital intelectual

O Sindicato da Indústria Naval do Amazonas (Sindinaval-AM) lançará no próximo dia 2, na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), o Programa de Gestão Estratégica Empresarial da Indústria Naval (Pronaval), direcionado a suprir as necessidades de fortalecimento das empresas do setor, rumo à competitividade, por meio de consultorias especializadas, capacitação de recursos humanos e linha operacional da produção e setores administrativos.

O Pronaval será uma base tecnológica de sustentação para o ordenamento jurídico, econômico e ambiental das empresas, para que alcancem níveis de excelência exigidos pelo mercado, bem como a preparação para instalação de empreendimentos do futuro Polo da Indústria Naval do Amazonas (Pinam).

Segundo o presidente do Sindinaval, Matheus Araújo, uma das principais estratégias da implantação do polo naval passa necessariamente pelo capital intelectual, devido ao *boom* da indústria naval brasileira, com grandes projetos, por exemplo, do pré-sal, de grandes empresas como a Petrobras, vale, EBX, do agronegócio integrado por meio de hidrovias e do transporte de carga.

Mercosul e União Europeia são temas para acordos

Em uma cruzada para aumentar o comércio com o Brasil, o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, David Cameron, ressuscitou ontem, no encontro com a presidente Dilma Rousseff, a tentativa de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Iniciada em 2000 e interrompida em 2006 por falta de qualquer tipo de avanço, o acordo voltou à pauta, agora com europeus muito mais interessados do que há 12 anos.

"A presidente Dilma e eu mandamos uma clara mensagem sobre nossa determinação de apoiar o comércio. Nós concordamos em resistir ao protecionismo e intensificar nossos esforços para atingir um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, que poderia gerar 45 bilhões de libras (R\$ 147 bilhões) em exportações para a União Europeia", afirmou o primeiro-ministro na declaração à imprensa depois do encontro com Dilma. Na sua declaração, a presidente não tratou do acordo. Ao falar de economia, apenas relatou que conversou com Cameron sobre a crise internacional e que reiterou ao primeiro-ministro a necessidade de que sejam ampliados os esforços para recuperação econômica

da Europa. "O Brasil tem feito a sua parte quando desenvolve incentivos para o crescimento de empregos e para a demanda doméstica. Fiz ver ao primeiro-ministro que, em plena crise, temos aumentado as nossas importações", afirmou Dilma.

O assunto, no entanto, já havia sido levantado pelo

CAUTELA

Boa parte da visita de Cameron ao Brasil girou em torno da necessidade de aumentar o comércio com o país, especialmente na via Reino-Unido Brasil. Governo brasileiro vê o interesse com cautela

presidente da União Europeia, Durão Barroso, em um encontro com Dilma em Nova York, durante a Assembleia-Geral das Nações Unidas, na última segunda-feira. Barroso prometeu vir ao Brasil para tentar acelerar as negociações. A tentativa de retomar o acordo surge quando, em plena crise econômica mundial e com seus mercados internos em recessão, os europeus tentam de todas as formas abrir mercado para seus produtos.



Presidente Dilma Rousseff recebe o primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, em Brasília

Empecilho era falta de interesse

No entanto, o governo brasileiro vê com cautela esse súbito interesse no acordo. Há seis anos, quando as negociações foram abandonadas, o maior empecilho era justamente a falta de interesse da Europa em ceder mais, espe-

cialmente na área agrícola, que interessa diretamente ao Mercosul. Na época, quando também ainda se tentava levar adiante a Rodada Doha de abertura do comércio mundial, os europeus alegavam que "o bolso era um só" e não podiam

ceder nas duas frentes: em Doha e com o Mercosul. Agora, a Europa vê o Mercosul como um enorme mercado consumidor onde a crise parece não chegar com tanta força. Sulamericanos querem ver o que europeus podem oferecer.

suspendeu os trabalhos de revisão e ampliação da área demarcada da terra indígena Kaxarari, localizada entre os municípios de Lábrea (AM) e Porto Velho (RR), na Amazônia. Para Marco Aurélio há "evidente insegurança jurídica" no processo, com "potencial risco de conflito fundiário entre índios e produtores rurais".

A terra Indígena Kaxarari foi criada em 1986 e ampliada seis anos depois. Em 2008, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação na Justiça pedindo o aumento dos limites do território, alegando que a demarcação anterior não atendia à Constituição porque alguns grupos tradicionais ficaram de fora da reserva.

O pedido do MPF foi aceito pela Justiça Federal em Rondônia, que determinou à Funai a abertura de procedimento para ampliar a reserva. Em abril de 2012, a Funai criou grupo técnico para atuar na questão, mas o caso não andou.

O MPF acionou mais uma vez a Justiça, e no início de setembro, a juíza Jaqueline do Amaral, da 5ª Vara Ambiental e Agrária da Seção Judiciária de Rondônia, deu prazo de 30 dias para a Funai iniciar o processo de revisão da área indígena, apresentando as conclusões em 120 dias.

Editorial

Inadimplência sob controle

O mais desavisado pode pensar que a queda no volume de cheques devolvidos por falta de fundo na conta corrente se deve a um consumidor mais consciente e regrado nos gastos, mas a redução no índice no Estado, o terceiro menor no País, decorre, sobremaneira, ao maior controle por parte do comércio.

Com a consulta aos dados do potencial comprador, o lojista sabe de antemão se o cheque poderá ser compensado e assim reduzir o risco do calote.

Os economistas da Serasa Experian, empresa responsável pelo indicador e pelo registro de inadimplentes para restrição ao crédito, afirma que a redução no índice também reflete a maior cuidado do trabalhador com o orçamento familiar.

Independente da causa, inadimplência baixa oxigena e mantém saudável a economia, principalmente para a chegada das compras de fim de ano. Nesse período,

Com a consulta aos dados do consumidor, o lojista sabe se o cheque poderá ser compensado e assim reduzir o risco do calote.

os setores econômicos esperam recuperar o mercado perdido ao longo deste ano com a crise de consumo, motivada, em parte, pela maior restrição do crédito com a crise financeira internacional.

A expectativa da indústria e comércio locais é elevar o volume de negócios a partir do Dia das Crianças. As

... manter as despesas dentro do orçamento é condição para não ter o nome registrado no SPC/Serasa.

próprias contratações temporárias, típicas neste período do ano, estão em andamento, no varejo e no Polo Industrial de Manaus (PIM). Incluindo os demais setores, os empresários projetam contratar 27,8 mil pessoas para este último trimestre.

O controle na oferta de crédito e nas vendas a prazo

são sinônimo de sobrevivência para o comércio. Para os consumidores, regular os gastos e manter as despesas dentro do orçamento é condição para não ter o nome registrado nos cadastros de restrição ao crédito ou mesmo para não ter que recorrer ao crédito rotativo dos cartões de crédito, do cheque especial ou outra modalidade de financiamento com elevados juros.

Neste fim de ano, quando o trabalhador recebe o 13º salário, o mais importante é regularizar as dívidas para iniciar 2013 com saúde financeira.